
Alexandre Fortes é professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) na área de história contemporânea, vinculado ao Departamento de História do Instituto Multidisciplinar. Graduou-se em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, cursou mestrado e doutorado em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realizou pós-doutorado junto ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da Universidade de São Paulo (USP) e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo atuado nesta instituição como professor recém-doutor. Realizou estágio pós-doutoral na Duke University, nos Estados Unidos, e foi professor visitante na mesma instituição. É membro fundador do grupo de trabalho Mundos do Trabalho, da Associação Nacional de História (Anpuh), do qual foi coordenador nacional. Também é membro da direção da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho e integrante da Red Latinoamericana de Historia Global. Nesta entrevista, concedida aos editores do dossiê “Memória e história: potências e tensões nos usos de acervos privados”, Fortes fala sobre a criação e atuação do Centro de Documentação e Imagem da UFRRJ.

[Eliana Laurentino, Renato Crivelli e Tiago Braga da Silva] A criação do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Nova Iguaçu, ocorreu em 2006, no contexto de expansão das universidades federais. Desde quando o Centro de Documentação e Imagem foi idealizado e como ocorreu sua implementação no campus?

[Alexandre Fortes] No mesmo ano em que o IM-UFRRJ foi criado, 2006, a pequena comunidade acadêmica que estava se formando (docentes, técnicos e discentes) elaborou um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) setorial para servir de base ao planejamento das ações do instituto e dos investimentos a serem realizados pela UFRRJ na nova unidade. Nesse PDI já foi incluída a proposta de criação de um Centro de Documentação e Memória da Baixada Fluminense. A justificativa principal da proposta era a visão de que a universidade pública poderia dar uma contribuição fundamental à preservação e disponibilização de documentação histórica numa região marcada pela ausência de arquivos públicos e de instituições de memória. Posteriormente, a proposta desse centro de documentação foi integrada com a de um Centro de Pesquisa em Audiovisual, formulada por docentes das áreas de educação e ciências sociais, para servir de base a um projeto apresentado à Finep. Dessa fusão nasceu a nova denominação: Centro de Documentação e Imagem (Cedim). Mas as condições mínimas de funcionamento para o Cedim só foram estabelecidas em 2013, com a destinação de uma sala para receber os equipamentos adquiridos e servir de espaço de trabalho, assim como de uma vaga de terceirizado, por parte da direção do instituto. Com a conclusão do prédio da pós-graduação, um anexo também construído com recursos da Finep, o Cedim foi realocado para um espaço mais adequado. Durante o seu processo de implementação, buscamos estabelecer relações de diálogo e cooperação com os institutos históricos, memorialistas, com as demais instituições de ensino superior, órgãos do poder público local, Arquivo da Cúria Diocesana e veículos de imprensa, a fim de identificar que contribuição o Cedim poderia dar para ajudar a impulsionar o trabalho que todos esses atores já realizam há muitas décadas na produção de uma história da Baixada Fluminense.

[Eliana Laurentino, Renato Crivelli e Tiago Braga da Silva] Diante das suas experiências em outros espaços institucionais, é possível apontar quais os limites e as potências deste centro de documentação em uma região como a Baixada Fluminense?

[Alexandre Fortes] O potencial para o desenvolvimento do trabalho com documentação histórica na Baixada Fluminense é extraordinário. Eu costumo dizer que, em

termos de população, por exemplo, a região é maior do que 150 dos cerca de duzentos países representados na Organização das Nações Unidas (ONU). A riqueza dos processos e experiências históricas na região é imensa, mas existem dois fatores que operam contra o reconhecimento e a visibilidade da história da Baixada. Um é a imensa fragilidade das condições em que a pesquisa sobre essa história é realizada, com a ausência de instituições de documentação, história e memória, como citei antes. Há muita gente se esforçando para superar isso, mas com recursos escassos e instáveis. O segundo fator é que a visão sobre história predominante na nossa sociedade, e na própria produção historiográfica brasileira, é ainda bastante elitista e colonialista. É comum pesquisas realizadas nas capitais dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro serem apresentadas como “história do Brasil”, enquanto pesquisas sobre o restante do país são definidas como “história local” e “história regional”. Isso é ainda mais grave no caso da Baixada. O presidente mexicano Porfírio Díaz celebrou a frase “Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”, que me inspira a pensar sobre a nossa situação como periferia de um centro tão poderoso como a antiga capital do país. A Baixada é uma parte integral da metrópole do Rio de Janeiro. Ela fornece a força de trabalho que mantém a capital em funcionamento e serve como zona de sacrifício, recebendo os dejetos produzidos pela vida opulenta das áreas centrais, seja na forma do lixo descarregado nos aterros sanitários ou dos cadáveres produzidos pela violência intrínseca à escandalosa desigualdade social com a qual nós convivemos. Boa parte dos prefeitos da Baixada age como vice-reis imperiais que moram na Barra da Tijuca e se deslocam diariamente de helicóptero até os municípios que governam. Ao mesmo tempo, a imagem da Baixada é ofuscada pelo brilho da corte. Uma das primeiras dificuldades que são enfrentadas para produzir uma história local é elevar a autoestima de uma região estigmatizada, associada apenas a ideias negativas como violência, pobreza, precariedade, milícias, situada ao lado de uma “cidade luz” que desempenha um papel central na imagem paradisíaca que o país cultiva como parte do seu nacionalismo e que projeta no cenário internacional.

[Eliana Laurentino, Renato Crivelli e Tiago Braga da Silva] Considerando o foco de pesquisa dos fundadores/organizadores do espaço, em estudos na história contemporânea e especialmente no mundo do trabalho, como se formaram os acervos? Pode-se dizer que a temática favoreceu ou mobilizou mais acervos públicos ou privados? Quais seriam os principais documentos da instituição?

[Alexandre Fortes] Os nossos acervos foram gerados principalmente por meio de parcerias. Uma das primeiras grandes coleções que nós geramos e

disponibilizamos, por exemplo, foi a do *Correio da Lavoura*, um jornal semanal publicado em Nova Iguaçu desde 1917. O professor Álvaro Nascimento dialogou longamente com o então diretor do jornal, Robinson Azevedo, neto do fundador, até que se chegasse a um entendimento de como a digitalização e a disponibilização seriam benéficas tanto para o próprio jornal quanto para a pesquisa histórica. Esse modelo de cooperação foi reproduzido em novos projetos envolvendo movimentos sociais, prefeituras, cartórios, outros órgãos de imprensa etc. Em outros casos, produzimos as próprias fontes, como nos projetos de história oral realizados pelo Cedim. Também recebemos doações individuais, relacionadas às linhas de pesquisa desenvolvidas por nossos docentes e discentes, geralmente no campo da história social. A maioria desses materiais tem como foco a Baixada Fluminense, mas eu, por exemplo, já doe as entrevistas que realizei durante o meu doutorado sobre Porto Alegre e estamos organizando o restante da documentação digital que acumulei ao longo de três décadas para também disponibilizar. Um exemplo interessante de uma coleção que não tem relação direta com o contexto regional é o da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, uma publicação de extrema relevância na história da esquerda brasileira, com uma forte dimensão internacionalista. A coleção completa estava sob a guarda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e nós realizamos uma parceria, que também envolveu a UFRJ, com apoio da Fundação Cultural do Maranhão, para realizar a digitalização e disponibilização. É a nossa coleção mais visitada, despertando interesse de pesquisadores de diversos países.

[Eliana Laurentino, Renato Crivelli e Tiago Braga da Silva] O Cedim estabeleceu uma significativa parceria com a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Por que essa ação foi importante? Além dessa parceria, há interesse do Cedim em mobilizar outros centros, institutos históricos locais, no sentido colaborativo e/ou formativo, ou mesmo universidades ou institutos federais na Baixada Fluminense, por exemplo?

[Alexandre Fortes] A Cúria Diocesana de Nova Iguaçu possui o maior arquivo histórico da Baixada Fluminense, que já serviu de base a muitas pesquisas importantíssimas. A diocese, porém, não tem os meios para usar a digitalização como forma de assegurar a preservação e ampliar o acesso a esse acervo. Em 2016, assinamos um convênio com o bispo dom Luciano Bergamin, a partir do qual iniciamos o trabalho de organização, digitalização e catalogação de partes selecionadas do acervo, considerando critérios como a situação de conservação e o grau de interesse para pesquisa, a fim de estabelecer prioridades. Esse trabalho teve um impulso maior a partir de 2019, quando fomos contemplados com o

financiamento do Modern Endangered Archive Program (Meap), mantido pela fundação Arcadia e gerenciado pela biblioteca da University of California, Los Angeles (UCLA). A pandemia e algumas questões administrativas atrasaram um pouco a implementação do programa, mas, atualmente, duas coleções de periódicos publicados pela diocese já estão integralmente disponíveis no site do Meap,¹ com metadados originais em português e as respectivas versões em inglês. Esse projeto tem contribuído muito para aperfeiçoar a capacitação da nossa equipe no que diz respeito aos aspectos técnicos da produção e administração de coleções digitais de documentação histórica.

[Eliana Laurentino, Renato Crivelli e Tiago Braga da Silva] *Com uma presença consolidada no campus da UFRRJ ao longo dos últimos anos, como você avalia o papel institucional e o reconhecimento social do Cedim para a proteção do patrimônio documental local e regional?*

[Alexandre Fortes] O Cedim hoje integra o sistema de centros de documentação da UFRRJ juntamente com o Centro de Documentação (Cedoc) de Seropédica, que está planejando uma expansão das suas atividades. Ele também se constitui num dos instrumentos da política de acesso aberto da universidade, que foi elaborada ao longo dos últimos anos e deve ser aprovada em breve pelos nossos conselhos superiores. Estamos abertos para trabalhar em conjunto com qualquer iniciativa de outras instituições para preservar e disponibilizar acervos relevantes para a pesquisa em história social brasileira, evidentemente mantendo nosso foco prioritário em relação à Baixada Fluminense. Também temos dado suporte a iniciativas de digitalização de coleções científicas e documentação histórica da própria UFRRJ. Mantemos colaboração regular e troca de experiências com arquivos de história social brasileiros e estrangeiros e estamos em vias de concretizar nossa filiação à International Association of Labor History Institutions (IALHI), que realizou recentemente seu congresso internacional em Buenos Aires. Está em curso também o projeto “A história do trabalho na era digital: atualizando métodos e ferramentas”, com apoio do edital universal do CNPq, liderado por nós, com participação de colegas da UFRJ, PUC-Rio e Universidade Estadual do Piauí. O projeto pretende ampliar os recursos digitais disponíveis aos pesquisadores em relação à bibliografia e a acervos digitais, a serem integrados por meio de um Centro de Referência em História do Trabalho.

¹ Disponível em: <https://digital.library.ucla.edu/catalog/ark:/21198/z1vj04nb>.

O projeto também oferece atividades de capacitação no uso de softwares livres de apoio à gestão de coleções digitais e à pesquisa histórica. Hoje o Cedim já alcançou um reconhecimento importante nos âmbitos regional, nacional e internacional, mas acreditamos que esses sejam apenas os primeiros passos, pois todas as iniciativas em curso têm um potencial de desenvolvimento muito grande, que deve se realizar plenamente ao longo dos próximos anos.

[Eliana Laurentino, Renato Crivelli e Tiago Braga da Silva] *Nas últimas cinco décadas, o Brasil presenciou um crescimento exponencial da criação de centros de documentação, memória e pesquisa voltados à preservação de fontes e registros documentais, sobretudo privados, uma vez que a preservação de documentos públicos é de responsabilidade de instituições arquivísticas públicas, como o Arquivo Nacional, arquivos estaduais e municipais. Nesse cenário, as universidades se mostraram protagonistas nas iniciativas preservacionistas. Como você vê o papel desempenhado pelas universidades e centros de pesquisa no cenário de preservação e divulgação de arquivos privados? E como as políticas públicas estimulam ou desestimulam essa participação?*

[Alexandre Fortes] No espírito da nossa legislação arquivística, entendo que a cooperação de todos os atores e instituições dedicados à preservação e disponibilização da documentação histórica de interesse público deve ser estreitada em benefício do pleno exercício da cidadania e do avanço da produção do conhecimento científico. O que me parece fundamental é a união de todos os que trabalham em favor do interesse público, sendo ou não parte da estrutura do Estado. Os nossos arquivos públicos, onde eles existem, geralmente enfrentam limitações bastante severas em termos de orçamento, pessoal e infraestrutura para cumprir plenamente o seu papel. Há também problemas históricos de apropriação de acervos públicos por parte de organizações privadas, que nunca foram devidamente enfrentados. O Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) têm uma atuação fundamental na defesa e regulamentação de uma política democrática de arquivos. Mas acredito que os esforços e o conhecimento acumulado nas inúmeras iniciativas levadas a cabo por todo o país por universidades, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, organizações religiosas, empresas públicas e privadas e tantas outras organizações e instituições têm gerado um patrimônio coletivo valiosíssimo e conhecimentos sobre a realidade da situação dos acervos que podem contribuir para o próprio enriquecimento das políticas públicas e o fortalecimento de um movimento amplo em defesa de mais investimentos no setor. Por outro lado, muitos desses esforços

são feitos sem que se tenha acesso à capacitação adequada e a orientações referentes à legislação pertinente. Um trabalho mais articulado entre o Sistema Nacional de Arquivos e os centros de documentação mantidos por outras instituições sem dúvida pode trazer avanços de interesse comum.

[Eliana Laurentino, Renato Crivelli e Tiago Braga da Silva] *Com os avanços e a popularização das tecnologias de informação e comunicação, a divulgação e o acesso a acervos documentais custodiados por instituições ganharam novos contornos, inclusive com a possibilidade de acesso remoto como forma de democratização. O Cedim é um centro de documentação cujo acervo é totalmente digital. Como você entende os impactos dessas tecnologias nos processos de construção e divulgação de fontes e registros referentes às histórias local e regional?*

[Alexandre Fortes] Estamos no olho do furacão de uma revolução tecnológica global acelerada que transforma profundamente a economia, a política e a cultura. As instituições arquivísticas são tradicionalmente a base do sistema de inteligência das grandes potências globais, já que o desenvolvimento da captação, classificação e recuperação de informação estratégica está diretamente associado ao fortalecimento das políticas de defesa e à ampliação da capacidade de projeção de poder. O notório diretor do FBI, J. Edgar Hoover, era originalmente um bibliotecário que trabalhou no desenvolvimento do sistema de classificação da biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Hoje, vivemos num mundo de bilhões de criadores compulsivos de conteúdo digital, que circula por redes que integram corpos humanos e organizações públicas e privadas em escala global, arrastando consigo volumes inimagináveis de metadados. A expressão “os dados são o novo petróleo”, que tem sido muito citada, diz respeito ao fato de que a capacidade de extrair do *big data* as informações relevantes e operar com elas em função de determinados objetivos é a principal fonte de poder econômico, político e militar no mundo atual. Para a produção de conhecimento histórico, assim como para as demais áreas de produção de conhecimento científico, a tecnologia digital traz enormes potenciais e imensos riscos. Em primeiro lugar, as grandes corporações têm muito mais consciência do valor dos acervos históricos do que a maioria dos profissionais da área, e estão investindo bilhões de dólares para desenvolver serviços de acesso pago a coleções digitais associadas a ferramentas de mineração de dados textuais. Esse é um desdobramento do processo de oligopolização do mercado internacional de softwares, publicações científicas e plataformas de análise bibliométrica. Por outro lado, há um importante movimento global em defesa do software livre, do acesso aberto e da ciência aberta,

no qual o Brasil historicamente tem um papel de destaque. Há um leque impressionante de plataformas que permitem não apenas ampliar a disponibilização de acervos digitalizados, mas dotar os usuários de ferramentas mais amigáveis para o processamento e a análise do volume crescente de documentação digital disponibilizada. Eu costumo comentar com meus alunos que, no que diz respeito às fontes, os historiadores morriam de sede e agora morrem afogados. O letramento digital tem que ser integrado aos currículos educacionais em todos os níveis, e a formação de pesquisadores nas universidades deve passar a dedicar muito mais atenção a esse tema. Pensando nisso, a UFRRJ criou o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais (PPGIHD), voltado à reflexão crítica sobre o papel da tecnologia digital na sociedade, à formação de profissionais habilitados a extrair o máximo dos instrumentos tecnológicos de código aberto já disponíveis e ao desenvolvimento de soluções inovadoras para o ensino, a pesquisa e a extensão no universo das humanidades. O Cedim, que foi um dos pontos de partida para a criação do PPGIHD, tem um papel central na implantação da infraestrutura computacional (*scanners*, servidores, *storage*, *backup* etc.) que o IM-UFRRJ vem construindo com recursos da Finep, da Faperj e do CNPq. Essa infraestrutura computacional hoje nos permite não apenas atender às nossas demandas, mas também abrigar em nosso repositório digital (Rima) coleções digitais geradas por instituições parceiras. O mesmo se aplica à criação de exposições digitais via plataforma Omeka S. As universidades, assim como as instituições arquivísticas, têm um papel fundamental a desempenhar visando direcionar o poder da tecnologia digital no sentido do interesse público, da redução das desigualdades sociais, da defesa dos direitos humanos e da democracia. Mas para isso é necessário aumentar a proatividade e a nossa força coletiva, somando esforços de forma sistemática e planejada.

Entrevista realizada pelos editores do dossiê “Memória e história: potências e tensões nos usos de acervos privados”, Eliana Laurentino, doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro; Renato Crivelli, doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e professor no Departamento de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Tiago Braga da Silva, doutor em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).